

# PESQUISAS

---

História, nr. 16

Ano de 1965

---

ARNALDO BRUXEL

## **GOMES FREIRE DE ANDRADA**

**E OS GUARANIS DOS SETE POVOS DAS MISSÕES EM 1751-59**



---

**INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS**

São Leopoldo — Praça João Pessoa, 35 — Rio Grande do Sul — BRASIL

---

# INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS

São Leopoldo — Praça João Pessoa, 35 — Rio Grande do Sul — BRASIL

## PESQUISAS

PUBLICAÇÕES DE PERMUTA INTERNACIONAL

### Conselho de Redação

Inácio Schmitz, S. J. — Diretor

Aloysio Sehnem, S. J. — Coordenador para Botânica

João Oscar Nedel, S. J. — Coordenador para Zoologia

A. B. Rambo, S. J. — Secretário de Redação

— — — — —

**PESQUISAS** publica trabalhos de investigação científica e documentos inéditos em tôdas as línguas de uso corrente na ciência.

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões emitidas nos artigos assinados.

A publicação das colaborações espontâneas depende do Conselho de Redação.

Pesquisas aparece em 4 secções independentes: **Antropologia, História, Zoologia, Botânica.**

**Pedimos permuta com as revistas do ramo.**

— — — — —

**PESQUISAS** veröffentlicht wissenschaftliche Originalbeiträge in allen geläufigen westlichen Sprachen.

Die Aufnahme nicht eingeforderter Beiträge behält sich die Schriftleitung vor.

Verantwortlich für gezeichnete Aufsätze ist der Verfasser.

Pesquisas erscheint bis auf weiteres in 4 unabhängigen Reihen: **Anthropologie, Geschichte, Zoologie, Botanik.**

**Wir bitten um Austausch mit den entsprechenden Veröffentlichungen.**

— — — — —

**PESQUISAS** publishes original scientific contributions in any current western language. The author is responsible for his undersigned article.

Publication of contributions not specially requested depends upon the redatorial staff.

Pesquisas is divided into four independent series: **Anthropology, History, Zoology, Botany.**

**We ask for exchange with publications of similar character.**

# **GOMES FREIRE DE ANDRADA**

**E OS GUARANIS DOS SETE POVOS DAS MISSÕES EM 1751—59**

ARNALDO BRUXEL



## À GUIA DE PREFÁCIO

A falta de verba restringe o espaço em "Pesquisas", também para a Secção de História, levando-nos a publicar nesta êste pequeno ensaio, de preferência a trabalhos de mais vulto.

Quanto ao assunto, qualquer investigador, que se enfrontar nos diários da Execução ou antes da tentativa de execução do Tratado de 1750, terá dado com a manobra portuguesa de aliciar súditos de Espanha para a Corôa de Portugal. Mas é relativamente raro ver esta campanha relacionada com as ordens secretíssimas de Pombal a Gomes Freire de Andrada a êste respeito. Êste regimento clandestino parece, entretanto, a única chave explicativa dos fatos que se passaram. . . Eis a meta dêste trabalho.

A forma externa é a de uma palestra feita por ocasião da tomada de posse do autor no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em outubro de 1964. A pedido oficial do mesmo Instituto publica-se em "Pesquisas", deixando-lhe a forma em que foi pronunciado.

Divide-se a palestra em duas partes, versando a primeira sôbre as mencionadas ordens secretas de Pombal a Gomes Freire e a segunda sôbre a execução que lhe deu Gomes Freire antes e durante a primeira campanha militar de 1754, e durante e depois da segunda campanha militar de 1756.

É de importância ressaltar que a palestra não se empenha em nenhuma outra tese, senão na demonstração dos dois fatos mencionados. Não que o autor não tenha outras teses, concordantes ou discordantes dos conceitos usuais de "seu" campo ou do campo "contrário". Existem tais teses, mas reserva-se a sua discussão para outras oportunidades. Por esta não se nega nem se afirma mais que os dois fatos mencionados. Se ao leitor parecer o caso de tirar outras conclusões dos dados apresentados, faça-o por sua própria conta ou risco. O autor sempre está pronto a dialogar na base de documentos contemporâneos retamente interpretados, buscando-se sempre a verdade integral na história.

Também é de justiça assinalar que o contraste apontado entre o comportamento português e o dos espanhóis, não é produto de interpretação unilateral. Qualquer historiador espanhol ou riopl-

tense, medianamente familiarizado com a documentação coeva e de primeira mão, conhece sobejamente o fato. E também a causa do fato, que foi a corrente antijesuítica e por isso mesmo antiguarani, que com a vinda de Valdelírios e da maior parte de seus auxiliares metropolitanos ganhou a supremacia, e obrigou, sob pena de exoneração, a maior parte dos rioplatenses, a sopitar os impulsos verdadeiros de seu coração, e aparentar externamente um feroz anti-indigenismo, desmentindo, aos olhos dos guaranis, a secular benevolência do rei e da maior parte de seus subalternos para com os habitantes dos Sete Povos de Missões.

Apesar de esclarecer êste ponto também no decurso da palestra, queremos premeter esta declaração, a fim de evitar interpretações que seriam inteiramente contra o nosso parecer.

O autor.



## Prezados membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Lendo os discursos de posse dos antigos sócios, podem encontrar-se os mais diversos sentimentos, como acontece sempre, e é natural que aconteça, quando alguém ingressa numa ilustre assembléia. Eu, da minha parte, devo confessar, que o dia de minha posse neste Instituto é um dia de grande contentamento para mim. — É verdade que o convívio com tantos e tão grandes nomes, que ilustraram esta casa com o prestígio de sua posição social, e com a presença de suas obras literárias ou científicas, não poderia deixar de me intimidar, se não fôsse a exímia bondade e simplicidade, que conheço em muitos pessoalmente, e que costuma ser o fruto da verdadeira sabedoria.

Confesso, pois, sem reboços, o grande gôzo que me causa êste dia. Em primeiro lugar pela grande honra de privar com homens que tão alto se colocaram no conceito nacional e internacional, em todos os campos da história e da geografia, honra esta que se me torna tanto mais apreciável, quanto, como me foi participado oficialmente, a iniciativa não só partiu exclusivamente de membros do Instituto, mas também foi votada, favoravelmente, com unanimidade de votos. É um diploma de que me ufanarei até o fim de minha vida.

Mas não é só a honra de ser aceito em uma tão ilustre assembléia, senão também a perspectiva do convívio fraternal com tantos homens, que comungam no mesmo ideal da verdade sôbre o passado de nossa terra e de nossa gente. Ninguém ignora o conforto que causa a presença de companheiros, nesta vida forçosamente solitária, que leva o vasculhador dos arquivos, segregado que se acha da vida humana em virtude mesmo de sua atividade. O divulgador, ainda que sério e consciencioso, não está na mesma posição. É antes um homem que trabalha diante dos homens, cinzelando os metais preciosos ou lapidando os diamantes, que outros garimpam na aridez do sertão ou nas trevas das minas subterrâneas. Tem a grata sensação de ver-se apreciado por tôda a classe de gente, sequiosa de verdade e de novidade. O investigador, porém, desaparece na poeira secular dos arquivos. Mergulha na vetusta Torre do Tombo ou no palácio inacabado da Ajuda, na Biblioteca Nacional ou no Arquivo Ultramarino de Lisboa, ou em qualquer outro repositório documental

do Rio, de Roma, de Buenos Aires ou de qualquer outra parte do mundo. Renuncia às alegres tertúlias familiares, às distrações das romarias turísticas através das belezas que Deus e os homens criaram neste mundo. Para ressuscitar papéis mortos há séculos, talvez há milênios, tem que sepultar-se vivo nas sepulturas em que jazem os documentos. Mas a solidão poeirenta dos arquivos, não apaga, senão que antes exaspera o desejo de dialogar com um irmão de ideal sôbre os azares e as fortunas da sua atividade. Entretanto, no fragor trepidante da vida moderna, ninguém atenta no investigador, que emerge das trevas dos arquivos. O que as gentes querem são as sensações, as manchetes fáceis do divulgador. O investigador em vão espera compreensão na massa, ainda que não inculta. Daí a sua tendência natural e incoercível de associar-se em Institutos de sua especialidade. Quer-nos parecer que não há nada mais importante nem mais eficaz para sustentar o viço duma associação de caráter científico ou literário do que o interêsse, a compreensão, que, pelo diálogo, se dão mutuamente os homens do mesmo ideal. Eis, pois, mais um grande motivo de gôzo ao subir os degraus desta augusta casa da ciência.

Todavia temos, além do convívio fraternal, mais uma vantagem sem preço, que nos oferece o Instituto na busca da verdade. Refiro-me ao corretivo, igualmente fraternal, para as muitas e de todos conhecidas unilateralidades, que aparecem em qualquer ramo de ciência e, mais que em tôdas, na história. É conhecido que são tantas as sentenças quantos os pontos de vista, com que se pode encarar a esfinge humana. Basta desconhecer certos pontos ou não apreciá-los suficientemente, para enveredar por uma perigosa unilateralidade, que, com as implicações afetivas, se alarga cada vez mais e pode levar para longe da verdade integral, que se deve buscar na história. Poderia citar exemplos, que me aconteceram a mim mesmo e também a outras batinas da Companhia, que me precederam nesta casa, e também a homens de bem, que tiveram outros pontos de vista, militando em campos aparentemente contrários. A intimidade com documentos originais e com os documentos originais todos, a desconfiança insopitável contra tôdas as versões interpretativas posteriores, o anelo incessante de, ao menos, compreender os pontos de vista dos outros, e o conseqüente empenho de manter o diálogo e não exasperar as atitudes, evitaria a maior parte dos malentendidos, o acirramento dos ânimos, a radicalização das afirmações e tudo o mais que se deve à unilateralidade, ou seja à desconsideração da verdade integral, que se deve buscar na história. Eis, pois, mais uma grande vantagem que espero encontrar na vida do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Não quero, porém esquecer mas um motivo de contentamento: o recurso à rica biblioteca que abriga a nossa casa. Todos sabem que

são quase inexistentes entre nós os investigadores com recursos suficientes para adquirir tôda a literatura de que necessitam. Também é conhecido que as doações se encaminham mais fâcilmente para instituições permanentes, que garantam a eficácia dos auxílios, que se concederam à ciência e à investigação. Dai o prazer de ingressar numa família que abriga um grande repositório de livros e revistas e talvez mesmo se disponha a aproveitar as facilidades da micro-filmoteca, que põem, dentro de nossa casa, o conteúdo aliás inacessível dos arquivos espalhados em tôda face do globo terrestre. A entrada num Instituto que cuida de sua alma, que é a biblioteca, se nos afigura a situação duma abelha, que de repente se vê diante de um mar de flôres túrgidas de néctar para os seus favos vazios.

Eis alguns dos motivos que me enchem de gôzo na entrada e tomada de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A meta hoje alcançada foi uma estrêla aliciadora, que me consolava e animava nos labirintos escuros dos arquivos europeus e americanos, que tenho palmilhado.

Mas o gôzo da meta alcançada faz aflorar também o pensamento da gratidão, a todos aquêles que se empenharam na sua consecução. Aproveito, pois, a hora, para expressar os meus mais profundos reconhecimentos aos confrades que encaminharam a idéia da minha incorporação no Instituto. Em especial agradeço ao senhor Presidente e demais membros que lhe deram o andamento regulamentar, e aos que, segundo os estatutos, deliberaram sôbre o assunto e lhe deram afinal voto favorável. E torno a repetir quanto me envaidece o fato, que me indicaram na carta oficial, de ter havido unanimidade de votos. Agradeço a todos que me deram a honra de sua presença nesta tomada de posse e a todos que futuramente me honrarem com sua amizade, com seu conselho e incitamento fraternal e, também, com sua contradita fraternal, se a humana limitação me afastar, por pouco que seja, da verdade integral que se deve procurar na história. Ocioso seria lembrar aos membros desta casa, que no passado riograndense, não faltam os mais variados ensejos para perder-se a serena objetividade, que só busca a verdade integral na história, ensejos êstes para se criarem partidismos exagerados por uma ou outra corrente civilizatória, que no decorrer dos séculos, procurava implantar no sul do Brasil o tipo de homem, que julgava ser necessário.

Da minha parte devo e quero confessar, desde o primeiro dia do meu ingresso nesta casa da investigação da verdade integral, que, se é verdade que quero seguir as pegadas dos meus antecessores da Companhia, quanto ao indefesso labor em busca da verdade, contudo me reservo o direito de dissentir em um ou mais de seus conceitos sôbre homens e coisas do passado desta terra, se a tanto me levarem documentos originais retamente interpretados. Já passou

o tempo do apologismo a tôda a prova, tanto pró ou contra a Companhia, as igrejas cristãs, ou outra qualquer corrente filosófica ou religiosa, que não colida com as leis da natureza e da nação em que vivemos. Não há bens sem males, nem males sem bens, na torturada alma humana. A própria Igreja Católica, por bôca de seus mais altos representantes, não duvidou em reconhecer-se parcialmente culpada nos atritos entre os diversos ramos das igrejas cristãs, não em virtude de seu elemento divino, mas da fraqueza humana, que sempre há onde há homens.

Por isso, se um dia me fôr facultado reconstruir históricamente os fatos mais antigos, que se desenrolaram no solo do que depois se chamou Rio Grande de São Pedro, fá-lo-ei sem negar nenhuma das mazelas, que transpirarem de documentos originais, mas também sem transgír com mitos criados por adversários posteriores.

E, para dirigir a vista diretamente, sôbre o assunto que peço vênha de expôr hoje à consideração dos colegas, direi que talvez seja êle um exemplo bem frisante da diversidade de apreciação gerada pela intimidade com documentação original, sôbre um dos homens mais eminentes, que Portugal mandou ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XVIII. Pela data já se terá adivinhado que falo do General Gomes Freire de Andrada, posteriormente agraciado com o honroso título de Conde de Bobadela. É evidente que numa simples e despretençiosa palestra não se pode ilustrar suficientemente nem sequer uma única das múltiplas facetas da vida dêste homem extraordinário no govêrno do Brasil. Devo, pois, limitar-me a um único tópicó de sua vida, e mesmo êste só pode ser tratado superficialmente, segundo alguns apontamentos que fiz ao estudar a chamada guerra dos guaranis, que houve nesta terra, em decorrência da execução do Tratado de 1750.

## **O BOM TRATAMENTO QUE GOMES FREIRE DE ANDRADA DAVA AOS ÍNDIOS DOS SETE POVOS DAS MISSÕES**

A homens experientes nas coisas de história do sul do Brasil não é preciso pintar como a só indicação dêste tema provocaria os mais contraditórios sentimentos em gente que se guia pelo apologismo a tôda a prova, quanto a êste período da fase espanhola da nossa história. A verdade integral exige, porém, que fale o documento e só o documento retamente interpretado, sem importar-se se desmancha ou não idéias preconcebidas.

Fazemos questão de vincar desde já a independência que queremos seguir sem encampar idéias e opiniões de outros só por serem favoráveis aos conceitos gerais do ambiente em que nos movemos. Seguiremos a máxima apontada por Luiz Gonzaga Jaeger, poucos dias antes de seu falecimento, a propósito de uma questão em que dissentíamos frontalmente: "Se você tiver um só argumento que prove o que afirma, darei a mão à palmatória." E quer-nos parecer que, na questão em debate, tínhamos não só um documento, mas dois ou três e mais ainda, se bem que nem todos com a mesma fôrça.

Sentada esta linha, voltemos, sem mais ao tema que é o bom tratamento que Gomes Freire dava aos índios dos Sete Povos de Missões durante a execução do tratado de 1750.

As peças mestras da argumentação são alguns diários já impressos ou ainda inéditos. Em primeiro lugar o de Gomes Freire de Andrada. Não na versão, várias vezes publicada por revistas históricas do Brasil, mas na que se conserva inédita no Arquivo do Itamarati, texto que parece mais inalterado do que outros. — Sobre a primeira campanha militar temos também o diário do Capitão Francisco de Graell, publicado pelo Instituto Militar de Montevideu em 1938 (Documentos Relativos a la Execución del Tratado de 1750, pg. 167—177). — Temos por fim três diários de três jesuítas, a saber o do Padre Bernardo Nussdorfer, publicado por Teschauer no III volume de sua História (pg. 195—507), o do padre Tadeu Henis, publicado em Anais da B. Nac. do Rio de Janeiro, volume 52, pg. 472 e ss., o do padre Juan de Escandón, escrito em espanhol e inédito, do qual fizemos em 1958 uma versão ao português, também inédita ainda.

O diário de Gomes Freire, versão Itamarati, se faz notar pela inalterável serenidade e, ao que parece, também objetividade, com exceção de uma que outra verrina contra os missionários, que, em contraste com o sereno e bem cuidado estilo habitual, parece indicar sua origem interpolatória posterior.

Para provar a tese seguiremos o diário de Gomes Freire, que tem a vantagem duma admirável clareza cronológica, além de ser menos suspeito, já que, por ser o aliciamento de índios, para fora da corôa de Espanha, uma aberta infração do Tratado de 1750, Gomes Freire ou seu secretário antes diria de menos do que demais. Se, pois, êle afirma muitas vezes e alega casos concretos do bom tratamento, e se êste bom tratamento vem confirmado plenamente por todos os outros diaristas, que realçam êste procedimento dos portugueses, em contraste com o que davam os espanhóis antes da chegada de Don Pedro de Cevallos, então podemos acreditar seguramente na verdade do fato. Mas nós não temos sòmente as provas do fato, senão também o texto das ordens secretíssimas de Sebastião

José de Carvalho, posteriormente Marquez de Pombal, em que se mandava aos portugueses procederem desta maneira.

Assim, pois, a palestra se divide naturalmente em duas partes, versando a primeira sobre as ordens que deu o Marquez de Pombal a Gomes Freire e a segunda sobre a execução destas ordens.

## I. AS ORDENS SECRETAS QUE TINHA GOMES FREIRE DE ANDRADA

Há muitas publicações, em que vem na íntegra ou em extratos os documentos públicos, que se mandaram a Gomes Freire de Andrada, quando foi incumbido de executar o Tratado de 1750, como Comissário Principal de Portugal, na demarcação do Sul. Mas além disso Pombal mandou a Gomes Freire uma carta secretíssima, publicada em 1936 por Rodolfo Garcia nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume 50, pg. 191. Esta carta nos parece a única chave para explicar todo o procedimento de Gomes Freire como Comissário Principal da Demarcação no Sul, e é de estranhar que as lições desta carta importantíssima tão pouco apareçam nos capítulos, que tratam do referido tratado.

Dois coisas ressaltam mais da carta de Pombal: a desconfiança frente aos espanhóis e as ordens que dá quanto ao tratamento dos índios.

Ainda que a desconfiança não seja o tema desta palestra, contudo não podemos deixá-la sem menção, porque só ela explica perfeitamente, como em outras ocasiões se pode mostrar, alguns aspectos contraditórios do tratamento dado aos índios dos Sete Povos. Note-mos que a mesma desconfiança inspirara o Ministro Espanhol ao seu Comissário Principal Valdelírios, também em uma carta secretíssima, publicada nos Anais da B. Nacional do Rio de Janeiro, ano de 1938, volume 53, pg. 140—142.

Em poucas palavras diremos, pois, que Portugal temia que depois de passado o prazo marcado para a execução do Tratado, Espanha exigisse a entrega da Colônia do Sacramento, sem ter pôsto ela mesma os Sete Povos em condições de segurança suficiente para os açorianos e paulistas, que iriam estabelecer-se nelas. E parece que não temia sem razão pelas mudanças que no dizer de Pombal em Madrid se haviam feito, arbitrariamente, no texto anteriormente acordado pelos dois plenipotenciários, mudanças que só puderam ser sanadas pelos famosos Artigos Separados, os quais por sua vez tantas vêzes são falsamente interpretados como um acinte de Pombal contra a Companhia, e nada mais são do que uma precaução indispensável (Anais, vol. 50, pg. 191—194).

Espanha, por sua vez, temia, que Portugal aproveitasse a concentração de fôrças na antiga Banda Oriental para, de repente, lançar-se sôbre o bloqueio da Colônia e libertar a praça do cêrco asfixiante de tantos anos e denunciar, em seguida, o Tratado. Ambos se sentiam mal com o tratado, temiam e talvez desejavam a ruptura, mas que fôsse com culpa pública da outra parte.

Para ver como o temor e a desconfiança influia no tratamento dos índios, basta considerar o fato de Gomes Freire ter negado o tempo de três anos para a mudança pacífica dos índios à outra banda, porque suspeitava que era manobra dos espanhóis no sentido que lhe indicara Pombal, isto é de fazer passar o tempo e exigir a entrega da Colônia sem evacuar os Sete Povos. Lógicamente Gomes Freire, lembrado da advertência de Pombal sôbre manobras protelatórias de Espanha, devia resistir à concessão do tempo. E Valdelírios cedeu logo ao protesto de Gomes Freire, porque Carvajal lhe escrevera que devia conceder aos portugueses tôdas as facilidades, para não se dizer que o tratado fracassara por culpa dos espanhóis (Anais, vol. 53, pg. 141). Assim comunicou-se aos índios, que a mudança devia ser imediata, o que era uma loucura e o que exasperou — e com razão — os índios a tal ponto que romperam por completo e se decidiram a resistir pelas armas e — se preciso — sucumbir na demanda. Muitos jesuítas e outros, que rezam por sua cartilha, atribuem a exigência de Gomes Freire e Valdelírios ao propósito de produzir circunstâncias, que, em todo o caso, deixassem implicados os missionários, quando não há nada tão errado como esta opinião, ao menos em nosso modo de ver.

Mas passemos imediatamente ao tratamento, que prescrevia Pombal, quanto aos índios dos Sete Povos.

Para apreciar devidamente o assunto devemos considerar que houve três épocas e três maneiras diferentes de contato entre portugueses e índios do Rio Grande do Sul. O primeiro foi o dos preadores de escravos de São Paulo. Estes deram tal tratamento que imprimiram indelêvelmente, na fantasia ingênua dos índios, uma imagem quase diabólica de fereza e crueldade, imagem esta que os espanhóis, e também seus missionários jesuítas, facilmente puderam pôr a serviço da conservação da fronteira. Este tratamento foi frontal — ainda que indiretamente — condenado por portugueses e brasileiros das duas épocas seguintes, que foram a fundação da Colônia em 1680, e a execução do Tratado de 1750.

É preciso, pois, ver em poucas linhas o contraste, que havia entre o tratamento dos bandeirantes, e o que foi prescrito a Don Manuel Lobo na fundação da Colônia do Sacramento em 1680. O regimento de Don Manuel Lobo está publicado na íntegra em "A Colônia do Sacramento" de Rego Monteiro (Globo, P. Alegre, 1937, volume II, pg. 9 ss). Consta de 36 números dos quais nada menos que 13 são

parcial ou integralmente dedicados ao tratamento a dar aos índios. Damos um breve resumo das idéias. Manda-se reduzir os índios à fé de Cristo, e indica-se o meio mais eficaz que é o bom tratamento, agasalhando os que se quiserem abrigar sob a coroa de Portugal, defendendo-os dos ataques de seus inimigos e das vexações dos brancos, de modo que seu trabalho, que deve ser sempre voluntário e sempre pago pontualmente, seja de proveito aos portugueses. Mesmo aos índios que não quiserem ser da coroa de Portugal deve-se dar bom tratamento, se não causarem danos, não consentindo violências dos brancos contra eles. Se fôr preciso castigar a rebeldia de índios vassallos ou a agressão de não-vassallos, podem ser feitos prisioneiros de guerra os índios, como os outros brancos, mas nunca reduzidos à escravidão. Quando os caciques, que são os naturais procuradores de seus índios vassallos, se queixarem dos maus tratos de portugueses, devem acolher-se bem as suas queixas, e dirimir as questões com justiça, sem admitir a mínima diferença a favor dos brancos. Aos índios que não quiserem ser vassallos nem ter pacto de amizade com os portugueses, deve tratar-se bem, se não fizerem danos, e se o fizerem devem ser castigados conforme as leis, mas nunca reduzidos à escravidão. Manuel Lobo pode mesmo aplicar a pena de morte contra portugueses, ainda que de alto coturno, que reduzirem à escravidão índios da Banda Oriental. E por fim se houver na sua expedição algum escravo que tenha sido tirado antigamente desta região, deve ser pôsto imediatamente em liberdade, para que vá aos seus pagos e publique o bom tratamento que **agora** dão os portugueses aos índios garanis.

Não é preciso perder uma palavra sequer para apontar que êste regimento de Don Manuel Lobo é uma condenação frontal do tratamento que 50 anos antes haviam dado aos índios riograndenses os preadores de escravos de São Paulo, porque êstes cercaram o nome português dum halo sinistro e quase diabólico, criando uma barreira quase invencível na fronteira entre as duas coroas, e barreira contra Portugal.

Setenta anos mais tarde Pombal deu um regimento secretíssimo a Gomes Freire, regimento que é como um eco perfeito do que recebera Don Manuel Lobo. No n. 33 da carta secretíssima (l. c. pg. 197) começa a indicar o motivo do bom tratamento, dizendo que a força e riqueza dum país consiste no número de sua gente, o que vale ainda mais na frônteira do Brasil com os domínios de Espanha, porque esta tem povoações em tôda a parte, e os portugueses, para assegurar a fronteira, têm que povoar na mesma proporção. Mas, continua Pombal, mesmo que se despvoem completamente Portugal e suas Ilhas, não haverá gente para povoar na mesma densidade. Por isso Gomes Freire, além dos reinóis, insulares e americanos, deve convidar também os mesmos índios fronteiriços daquelas regiões,

que no sul são os índios tapes ou guaranis. Deve convidá-los concedendo, e mesmo excedendo, as vantagens que lhes dão os missionários de Espanha, para que tenham interêsse em passar à Coroa de Portugal. Note-se que Pombal neste texto desinteressado declara os índios apegados aos padres pelas vantagens que lhes são (1).

Eis o motivo do bom tratamento. Depois aponta os meios mais eficazes. Por falta absoluta de tempo não podemos fazer citações integrais. Damos apenas um breve resumo. O primeiro meio, diz, é abolir tôdas as diferenças entre portuguezes e índios guaranis. Se os portuguezes quiserem casar com índias guaranis, deve Gomes Freire privilegiar e distinguir êstes casamentos. Os filhos de tais uniões devem ser reputados por naturais do reino, com habilidade para honras e officios, conforme a gradação de seu saber e de seu procedimento. Que os direitos passem também para seus netos e bisnetos e todos os seus descendentes.

O segundo meio diz que é a escolha de bons governantes, que mantenham o respeito à lei, e cuidem da paz pública entre os novos moradores, sem permitir, que na administração da justiça haja a mais pequena diferença a favor dos portuguezes. E a êstes deve proibir-se especialmente, e sob pena que se executem irremissivelmente, o ridicularizarem os índios, chamando-os de bárbaros tapuias, e a seus filhos de mestiços, e outras "antonomázias de ludíbrico e injúria".

São estas em poucas palavras as ordens de Pombal para Gomes Freire. Nem era preciso mais para um homem da envergadura mental de um Gomes Freire de Andrada. Haverá muitas apreciações diferentes sôbre o Marquez de Pombal, sobretudo no tocante ao que fêz no fim da década, que tratamos. Mas não se pode negar que os meios indicados para alcançar o fim proposto não podiam ser mais adequados. Quem conhece a documentação correspondente não negará que não todos, mas a maior parte dos espanhóis, que intervieram na execução do Tratado de 1750, e que deviam ter o interêsse contrário, de conservar os índios na coroa de Espanha, usaram de um meio diametralmente oposto ao fim que deviam ter tido em mira, até que veio Don Pedro de Cevallos, que com severas penas aos infratores brancos, começou a dar aos índios o mesmo tratamento que Pombal desde o princípio ordenara a Gomes Freire de Andrada, se bem que o remédio de Cevallos já viesse tarde para

---

Nota (1) "... mas também que V. Ex.<sup>o</sup> extenda os mesmos e outros privilégios aos Tapes que se estabelecerem nos domínios de S. M., examinando V. Ex.<sup>o</sup> as condições que lhes fazem os Padres da Companhia Hespanhoi, concedendo-lhes outras à mesma imitação, que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que êles achem o seu interêsse em viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Hespanha" (cf. Anais da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, 1936, volume 50, pg. 197).

milhares de índios, ganhos para Portugal por meio do bom tratamento. — Aliás em abono do general espanhol que precedeu a Cevallos devemos dizer, baseados em centenas de documentos, que era velho e doente e vivia ameaçado de demissão e prisão, apesar de meio século a serviço de seu rei, caso não se mostrasse externamente duro contra padres e índios, aos olhos da camarilha estrangeirante, com que a comitiva de Valdelírios o cercara.

Antes de passar à execução das ordens, devemos considerar ainda uma objeção, dirigida não pròpriamente contra a nossa tese, que só afirma a intenção política das prescrições secretas de Pombal, mas contra outra tese, que afirmasse a intenção humanitária e de caridade cristã nas medidas prescritas e executadas com respeito aos índios. Quanto à intenção humanitária nada afirmamos e nada negamos nesta tese. Carece de mais pesquisas, e nos reservamos ajuizar sôbre ela mais tarde. A objeção é como coadunar o “bom tratamento” com a grande e fundamental injustiça do tratado, não em si mesmo, e menos na sua intenção primitiva, mas na dura e injusta sorte reservada aos índios dos Sete Povos de Missões, e isto tanto no texto das estipulações, como na execução que se lhes deu. Se afirmássemos uma intenção caritativa sincera de Gomes Freire — nêle não a negamos nem a afirmamos nesta palestra — e em Pombal, então teríamos o dever de resolver esta objeção. Mas a intenção política, que é a única que afirmamos agora nesta palestra, de forma alguma é incompatível com o “bom tratamento”. Casos dêste bom tratamento se repetiram, se repetem, e se repetirão aos milhares no decurso dos milênios. Mas além disso, sem querer agora entrar a discutir a parte que ambos os estadistas tenham tido ou não na elaboração do Tratado de 1750, devemos ter em conta, que ambos — e também o nôvo rei de Portugal, Dom José I — receberam de seus antecessores um tratado a cumprir, do qual não podiam mais recuar, sob pena de incorrer nas sanções previstas para tal caso. Ainda mais! Por mais antipático que tenha sido o tratado ao rei e ao primeiro ministro, e com o tempo também a Gomes Freire, nada poderiam fazer sem remover do trono de Espanha a irmã do rei de Portugal, que era a grande fatora do Tratado, fatora talvez sem querer e sem saber contra Espanha e a favor de Portugal, fatora, que, dominando inteiramente o seu real consorte, tinha na mão os meios de promover ou truncar tôdas as carreiras, ao menos na Espanha. Tanto mais que a imobilização dos dois irmãos ibéricos deixava a Inglaterra, mãe das lojas, com as mãos livres para desbancá-los a ambos de sua posição nos mares do mundo. Rei, ministro e Primeiro Comissário Principal de Portugal estavam adstritos à observância dum tratado feito por seus antecessores. E quanto aos militares inferiores, todos estavam obrigados aos seus compromissos regulamentares. E juridicamente, estavam em campanha para fazerem cumprir uma ordem

— injusta que seja! — mas sempre ordem da legítima autoridade, à qual não se podiam furtar, sob pena de deserção e das punições correspondentes. Em tese deve-se afirmar a mesma coisa dos espanhóis, ainda que, de acôrdo com os documentos, haja que fazer muita distinção na matéria...

Bastem estas poucas constatações para nos acautelar na fácil distribuição das culpas alheias. Se injustiça houve, deve ver-se quem é o autor primário delas. E mesmo neste devemos ver, por culpa de quem estêve privado dos conhecimentos prévios necessários para acertar nas disposições. Talvez haja circunstâncias que o eximam, ao menos da culpa subjetiva, se não de todo, ao menos em parte... Verdade integral!

E agora um que outro documento sôbre a execução das ordens do "bom tratamento".

## **II. A EXECUÇÃO DAS ORDENS DE POMBAL**

Gomes Freire teve contatos com os índios do Rio Grande em quatro períodos diferentes.

1. Antes da Primeira campanha militar.
2. Durante a primeira campanha militar.
3. Durante a segunda campanha militar.
4. Depois da segunda campanha militar.

### **1. Antes da primeira campanha militar.**

É conhecido como em 1752, desde o Rio de Janeiro, Gomes Freire mandou ao Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que, em ordem à execução do tratado, preparasse as vias de acesso aos Sete Povos para os seus novos moradores, fundando povoações no caminho para elas. O caminho evidente era a Lagoa dos Patos e o Jacuí, que levaria para perto da Boca do Monte, onde já os mapas de 1750—60 marcam o pôsto estancieiro miguelista de Santa Maria. Foi então que se fundaram Santo Amaro e Rio Pardo, ambas numa terra que havia sido, e já não era, estância de São Luiz. Os índios, que tinham estância em quase tôda a margem direita do Jacuí, temendo a vizinhança dos portugueses atacaram várias vêzes o forte de Jesus, Maria, José, que era o do Rio Pardo. Concordemente atestam-nos todos os diaristas portugueses, espanhóis e jesuítas. Numa destas roubaram a cavahada dos portugueses. Os portugueses, por um ardil de guerra, aprisionaram a Sepé Tiaraju e 53 companheiros, para ter reféns com que reaver os seus cavalos. Soltaram Sepé, que de fato negociou com sua gente a restituição dos cavalos, mas

o egoísmo e ganância dos índios, que foram mandados levar os cavalos ao forte dos portugueses, frustrou a troca. Apoderou-se cada um do cavalo que fôra mandado levar, fugindo em seguida e deixando os companheiros na prisão, onde segundo o padre Nussdorfer foram tratados bem ainda que como prisioneiros (Teschauer, Hist. III, 331). Tempos depois, não se sabe bem porque, foram mandados levar em uma falua para o Rio Grande. No meio da Lagoa dos Patos, enganados pelas mentiras dum marujo paraguaio, que trabalhava entre os portugueses e que lhes dizia que no Rio Grande se lhes cortariam as cabeças, amotinaram-se os índios, perecendo todos menos 14 (Teschauer, Hist. III, 344), que no Rio Grande foram postos em trabalhos forçados, até a chegada de Gomes Freire, que imediatamente os mandou pôr em relativa liberdade.

Êstes os fatos antes da primeira campanha militar. O tema desta palestra é o bom tratamento que Gomes Freire deu em obediência às ordens de Pombal. Por isso, em boa lógica, não se lhe podem atribuir responsabilidades no tratamento dos índios antes de sua chegada ao Rio Grande, a não ser que tivesse dado ordens neste sentido a Cristóvão Pereira de Abreu ou ao Governador do Rio Grande! Os fundadores do Rio Pardo estavam aí por ordens superiores, a que nem se poderiam esquivar. Foram atacados e se defenderam como era possível entre índios. Quem os poderia culpar razoavelmente? Não obstante veremos que o padre Nussdorfer diz que os índios foram tratados bem no Rio Pardo ainda que como prisioneiros (l. c. pg. 331). No motim da Lagoa é responsável o paraguaio mentiroso (l. c. pg. 344). Índios e portugueses se mataram para não morrer uns às mãos dos outros.

Logo da chegada de Gomes Freire ao Rio Grande mudou a situação dos índios sobreviventes completamente.

E agora respiguemos um pouco os documentos sôbre esta época anterior à primeira campanha. Gomes Freire é muito parco sôbre tôdas estas coisas, sem deixar de dizer as coisas essenciais. — O espanhol Graell não fala delas, porque só foi com Gomes Freire como testemunha da parte de Espanha durante a primeira campanha. — Nussdorfer (Teschauer, Hist. III, pgs. 330, 344, 360) relata a estupidez com que os índios, apesar de advertidos por Sepé, se meteram na armadilha dos portugueses. Acrescenta que foram bem tratados na fortaleza, o que confirma, que o motim na Lagoa se deveu unicamente às mentiras do marujo paraguaio. — Henis também ressalta a estupidez com que os índios se meteram na armadilha lusitana, e o egoísmo quase incompreensível com que deixaram os companheiros presos, em vez de os resgatar com a entrega dos cavalos (o. c. pg. 473). — Escandón atribui a prisão dos índios à pura traição, sendo, porém, desmentido por seus colegas mais bem informados, da Companhia, que não ouviram as coisas de longe como Escandón, mas

estavam presentes a elas. Depois, Escandón, traduzindo a versão manuscrita em guarani de um dos índios sobreviventes, acrescenta que Gomes Freire, logo que chegou ao Rio Grande "nos mandou tirar os grilhões e nos deu a cada um um poncho, que é um capotilho de lã. Deu-nos um jubão e calções de baeta, uma camisa e um chapéu. Depois, quando saiu do Rio Grande, nos levou consigo na embarcação, mas já sem sermos amarrados, senão passeando entre os soldados, até a fortaleza do Rio Pardo. Aí nos mandou embora para os nossos povos, e que disséssemos a todos que já vinham os portugueses para cortar a cabeça aos padres..."

Isto de cortar a cabeça dos padres, é um disparate inconcebível na boca dum Gomes Freire de Andrada, que tem as ordens referidas de Pombal. Talvez foi o dito de algum miliciano desabusado da guarda ou antes é pura invenção do índio. Gomes Freire a esta altura julgava ainda mancomunados padres e índios e nunca diria tal besteira psicológica, que lhe entornaria o caldo desde a primeira hora. Em vez de separar os índios dos padres, os tornaria mais unidos na defesa dêles.

Resumindo podemos dizer que já antes da primeira campanha militar vemos cumpridas, quanto possível, as ordens de Pombal sôbre o bom tratamento que se devia dar aos índios guaranis dos Sete Povos de Missões. E agora a primeira campanha militar pròpriamente dita.

## **2. A primeira campanha militar pròpriamente dita.**

Não é possível, resenhar, nem sequer brevemente, todos os contatos dos portugueses com os tapes das missões durante a primeira campanha.

Os fatos são em resumo os seguintes: em meados de agosto de 1754 foi Gomes Freire com todo o seu exército para Santo Amaro e Rio Pardo, para atacar os Sete Povos por êste lado de acôrdo com o que lhe mandara o comandante em chefe de tôda a campanha que era o governador de Buenos Aires. Os portugueses eram apenas força auxiliar para o efeito de evacuar à fôrça os Sete Povos de Missões. Do Rio Pardo passou ao passo do Jacuí na direção da Boca do Monte da hodierna cidade de Santa Maria. No outro lado do Jacuí encontrou os índios fortificados, em uma estacada a certa distância do rio, e em trincheiras à beira dêle. Na mesma noite, em que Gomes Freire preparara uma passagem oculta da tropa para surpreender os índios, veio um mensageiro espanhol, comunicando a ordem de parar imediatamente, em qualquer passo que estivesse. Depois de alguns dias veio o emissário espanhol com a papelada oficial. Os portugueses resolveram obedecer, por ser seu dever de tropas auxiliares, e por vários outros motivos, dos quais não era o

menor o de não se tornarem odiosos aos índios. Os portugueses ficaram esperando quatro meses neste lugar a ver se os espanhóis se refaziam de cavahada e boiada, pois a parada e retrocesso dos espanhóis fôra devido à falta de pastos, já que a marcha se dera, imprudentemente, no meio do inverno. Mandando dizer os espanhóis que a campanha só recomeçaria em fins de 1755, fizeram os portugueses um tratado de não agressão ou trégua com os índios e se retiraram em paz para as suas bases no Rio Pardo e Rio Grande.

E qual foi o tratamento que Gomes Freire e sua gente deram aos índios durante os quatro meses de inação? Em primeira lugar cremos que as fanfarronadas dos índios devem ter tirado a Gomes Freire o conceito exagerado de belicosidade dêles. Eram perigosos, mas só para os que se afastavam das guardas e do alcance das balas, ou se deixassem apanhar desprevenidos. Não há nada melhor para pintar a situação do que o relato de Don Francisco de Graell (o. c. pg. 174), testemunha espanhola no acampamento de Gomes Freire. Resume muito bem o que dizem todos os outros diaristas, cada um com outros casos concretos, e cada um com a tonalidade, que lhe inspirava a sua atitude interna. Diz o diarista espanhol: "Tornou-se freqüente a comunicação entre os nossos soldados e os índios, trazendo uns dos índios: mulas, cebos e panos de suas fábricas e outros comprando chapéus, baetas e botões. Havia apenas proibição de dar coisas de ferro aos índios. Continuou a feira, à frente do nosso acampamento, com incomparável cautela do comandante. Cada dia vinham muitos índios a comprar e a vender, e houve dia, em que vieram mais de 250, e porque alguns se aficionaram ao nosso estilo, brindaram-nos com charamelas e gaitas, e pela continuação desertaram alguns para o nosso exército, aos quais Sua Excelência hospedou com grandeza. E sabendo um capitão dêles que haviam desertado, veio pedi-los a Sua Excia., mas como os ditos não quiseram ir, ficaram para sempre debaixo de nossas bandeiras."

Tudo isto vem, como dissemos, confirmado por todos os outros diaristas. Entre outros diz Escandón (parág. 19), que os portugueses semeavam zizânia entre os índios, prometendo-lhes paz e casamento, e recebendo e dando muitos presentes.

Nesta mesma hora os espanhóis, talvez despeitados da derrota vergonhosa, que lhes infligira, não a resistência dos índios, mas a falta de pastos, procuravam engajar-se em luta sangrenta com os índios que seguiam os retirantes. Numa destas fizeram uma grande chacina num grupo de japejuanos, que julgavam ladrões de cavalos, quando segundo os jesuítas não o eram êstes senão os de Santo Tomé. Vemos claramente quão sagazes eram as ordens de Pombal e quão bem as cumpriam os portugueses na primeira campanha militar. Também vemos que o efeito dêste procedimento contrastante não podia deixar de sobrevir.

### 3. A segunda campanha militar

Passou-se em preparativos o ano de 1755, e no fim começou-se a segunda campanha militar, que, porém, se desenrolou quase tôda em 1756. Quanto a contatos dos portugueses com índios temos três partes da campanha: a) a marcha desde o Rio Grande até as alturas de Bajé onde se deu a junção dos portugueses com os espanhóis. Não houve, nem podia haver contato dos portugueses com índios guaranis. — b) a marcha desde a altura de Bajé até a tomada dos Sete Povos em meados de maio de 1756. Nesta marcha os portugueses estavam, quanto a ações militares, sob o comando do general espanhol, e no demais sempre sob a vigilância ciumenta dos seus aliados rioplatenses. A iniciativa e, conseqüentemente, a responsabilidade jurídica, competia, por tratado e por lei, ao governador de Buenos Aires (Andonaegui), que por isso vem sempre designado com o nome de general mandante (2). Durante, esta marcha foi impossível o influxo das ordens de Pombal, também nos vários encontros sangrentos, que os portugueses, estando a sós com os índios, talvez teriam evitado, de acôrdo com as ordens que tinham. Isto vale sobretudo do combate de Caaibaté, no qual aliás há testemunhas oculares que dizem que o general espanhol chorou, ainda que disfarçadamente, ao ter que dar a ordem de fogo contra a insensata resistência dos índios! Para ver a pavorosa insensatez dos índios, basta considerar as circunstâncias da luta, já sem a chefia de Sepé, abatido alguns dias antes: uns 1500 índios, que com suas armas nativas, estavam praticamente desarmados postaram-se sôbre o alto da colina, onde passava o caminho, e intimados a dar passagem ao dôbro de fôrças luso-espanholas, armadas até os dentes com armas de fogo, canhões e metralha, mandaram passar do lado, se quisessem passar, deixaram passar inútilmente a hora do prazo para dar passagem, e então aos primeiros tiros, debandaram como era de esperar, como um bando de galinhas. É tremenda a responsabilidade dos São-nicolauistas, que sempre foram os instigadores e sustentadores da revolta,

Nota (2): Pelo artigo 2 dos "Artigos Separados" a evacuação dos Sete Povos de Missões possivelmente com as armas na mão, cabia aos espanhóis. E não sendo Valdelirios militar tinha que comandar a ação o governador de Buenos Aires. A denominação de general mandante ocorre muitas vêzes no diário português. No dia 16 de janeiro de 1756 se diz que o Ajudante general (dos portugueses) foi buscar o Santo à tenda do General Espanhol "por ser o General mandante desta ação...". — É claro que o govêrno interno da colônia portuguesa competia a Gomes Freire, mas não a determinação duma ação conjunta dos aliados. Podia influir por conselhos ou pressão moral, mas não por ordens, baseadas no tratado, sôbre todos os aliados. Conseqüentemente não podia nem determinar nem impedir a batalha de Caaibaté. Não dizemos que os portugueses não lutassem com vontade contra os índios, que os obrigavam a tantos incômodos. Mas o direito de lutar em terras de Espanha contra súditos de Espanha, rebelados contra seu rei, só lhes podia vir dum comandante espanhol, a quem serviam como tropa auxiliar!

ainda que também êstes, como índios que eram, também eram grandes crianças. Achamos que se Sepé não tivesse morrido três dias antes nunca se teria dado a batalha de Caaibaté. Há quem ache que a culpa da tragédia aos missionários, como instigadores da resistência. Mas os fatos são precisamente contra esta tese. Os curas dos Sete Povos foram quase mais hostilizados que os aliados, por não deixarem de aconselhar como mal menor, a sujeição voluntária às condições do tratado, que, quanto aos guaranis, eram injustas.

Seja como fôr, perguntamos, que poderiam fazer os militares que cumpriam ordens de seus reis, para ir desalojar os índios dos Sete Povos. Devemos ser justos nestas coisas fundamentais. Apesar, pois, de esta segunda parte da marcha não entrar em questão para a nossa tese, pelas razões que acabamos de expôr, contudo não deixa de aparecer algum relance fugaz do tratamento diferente que davam espanhóis e portugueses. Assim segundo o diário português, versão Itamarati, no dia 26 de abril, no acampamento do Guassuyupi, já no Planalto, apareceram uns dez índios de São João diante da ala portuguesa, que conheciam de Rio Pardo e da qual, certamente esperavam mais sucesso em sua missão. Escaramucearam por algum tempo como se fôsse para pelear. Depois chegaram à fala e disseram que São João queria esperar os aliados em paz. Era uma tentativa séria de paz, porque São João mais tarde aparece dando a obediência espontaneamente e tendo por isto assegurados vários privilégios da parte dos vencedores. Mas, diz o diarista, enquanto estavam parlamentando, vieram alguns espanhóis e afugentaram os índios, que prometeram vir outro dia, mas não vieram mais. E acrescenta que Gomes Freire mandou embora os espanhóis. Não é difícil entrever, nas palavras discretas do diarista Português, a ira de Gomes Freire por se lhe tolher a ocasião de aplicar as ordens que recebera de Pombal (Diário, dias 26 e 27 de abril).

Seguiu-se a marcha e, em meados de maio, a tomada de São Miguel, de São Lourenço, a obediência dos outros povos. Notemos que no texto do Itamarati não há a esta altura tolas invectivas contra os padres, invectivas estas que provavelmente são acréscimos posteriores, ditados pela necessidade de ter argumentos de autoridade contra os padres.

Com a tomada dos povos acabara a segunda campanha militar propriamente dita. O resto se enquadra na ocupação dos Sete Povos por espanhóis e portugueses, na tentativa vã de pô-los em condições tais que os portugueses as pudessem habitar pacificamente.

Vemos que na segunda campanha militar propriamente dita não podia Gomes Freire pôr em prática as ordens de Pombal, sem expôr-se ao perigo de ser taxado de traidor de seus aliados espanhóis, que poderiam então exigir a Colônia, sem preparar convenientemente os Sete Povos. Passamos, pois, à última fase, em que os portugueses

ainda permaneciam como tropa auxiliar dos espanhóis, quanto à evacuação militar dos Sete Povos, mas já se achavam mais longe de sua vigilância, aliás mais que justificada, sobretudo depois de aquartelados em Santo Ângelo e mais ainda no Rio Pardo.

#### 4. Depois da segunda campanha militar.

Temos que considerar os portugueses primeiro uns dias em São Miguel, depois de passagem em São João, depois por quase um ano em Santo Ângelo, e por fim definitivamente em Rio Pardo.

A premência do tempo não permite mais que um ou outro apontamento em abono de nossa tese. Quanto à permanência em São Miguel temos que no dia 20 de maio se apresentou um padre de São João para ajeitar as coisas. Segundo o cronista português Andonaegui o recebeu de cara amarrada, de pé, virando-lhe logo as costas e mandando que o levassem para o general português, que o recebeu cortezmente, fazendo-o comer e dormir em seu acampamento e levando-o no dia seguinte, em seu próprio carro, ao acampamento espanhol, para falar de nôvo com o comandante espanhol e dar uma vista de olhos aos estragos do incêndio, ateado não por índios miguelistas mas por outros, na casa dos padres e em algumas casas dos índios. — No dia 24 o general espanhol mandara açoitar dois índios de São João que haviam aparecido em São Miguel sem licença ou salvoconduto. Gomes Freire lhes pediu e alcançou o perdão da pena infamante. — No dia 30 de maio chegou, a convite do Padre Henis, que já estava com Gomes Freire, e dêste mesmo, o padre Balda, cura de São Miguel para ajeitar as coisas de seu povo. Segundo o cronista português o general espanhol o recebeu com muita dureza, chamando-o de traidor e rebelde a seu rei e dizendo-lhe que êle e os demais padres lhe haviam de pagar os trabalhos que lhe haviam dado. Dito isto virou-lhe as costas e mandou que o levassem aos general português. Temos a impressão que Andonaegui fingia êste tratamento de dureza para escapar da espionagem da camarilha de Valdelírios, e mandava os padres para o acampamento de Gomes Freire porque sabia que êste protegeria os sacerdotes contra a odiosa "entourage", que cercava o general espanhol. Seja como fôr, Gomes Freire, tornou-se, ao que parece, o refúgio de índios e padres, depois da ocupação dos Sete Povos. — No dia 5 de junho, São João mandou presentes a Gomes Freire e êste mandou um de seus melhores cirurgiões, para ver o que podia fazer pelo padre Luiz Charlet, que estava de cama, com uma perna chagada. Mais tarde se repetiram as visitas do médico, constatando que a doença era incurável. — No dia 6 era o dia do santo do Rei de Portugal. Gomes Freire deu um esplêndido banquete, convidando todos os oficiais de capitão para cima, e todos os jesuítas, que havia nos acampamentos. Durante o

banquete e todo o resto do dia, os índios de São João divertiram os convivas com música e cantos, que o cronista português classifica de muito bem executados. Os índios, acrescenta, vieram mandados por seus padres para festejar um dia de tanto gôsto. A todos mandou o nosso general tratar com muita grandeza e lhes deu mesa pública e vários mimos, com que se retiraram mui contentes, dizendo que não pode haver no mundo gente de tanto agrado e de tão bom coração e liberalidade como os portugueses e que agora nos conheciam bem e que sempre andaram enganados e que à vista de nós, nada valiam os castelhanos, porque eram muito pobres e maus e nós muito ricos e bons. — Ainda que façamos algum desconto por conta da natural complacência portuguesa, acreditamos que de fato os índios tenham dito estas e semelhantes coisas, porque conhecemos as ordens de Pombal, a sagacidade natural de Gomes Freire e de seus companheiros, ensinados pela experiência do Rio Pardo, e temos além disso o concorde testemunho dos outros diaristas dêste tempo.

Quanto à permanência em São Miguel em geral os diaristas espanhóis e nomeadamente os padres, confirmam o que diz o cronista português. Seja-nos lícito acrescentar apenas um episódio, que bem mostra a diferença de atitudes dos aliados para com os índios. E sendo da lavra do padre Juan Escandón, que nunca se mostra amigo dos portugueses, podemos dar-lhe inteira fé e crédito, ainda que o caso não venha consignado pelo cronista português. — Diz Escandón, na pg. 131 da nossa versão, que quando se tratou de repartir, entre os vencedores, a prêsa de Guerra de São Miguel, Gomes Freire protestou logo publicamente, em nome de seu rei e de seus soldados, de que não queriam a sua parte na prêsa e que a renunciavam em favor dos mesmos índios e que longe de lhes tirar as suas coisas, ainda oferecia os carros dos portugueses para os índios levarem estas suas coisas para a outra banda. Não há negar, continua Escandón, que tanto desinterêsse e tanta generosidade não a mostraram os espanhóis, que aquela bizarra renúncia dos portugueses havia de ser-lhes utilíssima para os fins que tinham em vista, que era ganhar o coração dos índios para os levar ao Rio Grande. Que esta idéia devia de estar planejada há muito tempo, por seus chefes, visto estarem todos tão compenetrados de seus papéis, desde o mais alto chefe até a categoria mais baixa do soldado. Desde então, acentua Escandón, começou a ser menos odioso o nome dos portugueses entre aquela gente simples. Dentro de pouco diziam que os antigos portugueses (entendem aqui os bandeirantes), sim, eram verdadeiramente maus e mortais inimigos da nação dos tapes. Mas os modernos portugueses eram gente boa e tinham amor aos índios. Até eram muito melhores que os espanhóis, que tratavam os ditos índios com desprezo e altivez, sem rasto algum de compaixão para com as suas desditas. . . .

Até o fim, afirma Escandón, os portugueses nunca deixaram de tratar bem aos índios. . . iam visitá-los em suas casas e se mostravam dispostos a emparentar com êles e casar com suas filhas e que o rei de Portugal havia oferecido título de nobreza aos que casassem com índios ou índias. Não há dúvida alguma, atesta Escandón, (e nós sabemos que diz a verdade, porque conhecemos a carta secretíssima de Pombal), que existe e foi dado realmente êste privilégio.

Isto em São Miguel. Agora algo do que se deu com os portugueses em São João. Primeiro se descreve com muita complacência o esplendor da recepção que foi preparada aos dois exércitos em São João. Depois os padres convidaram todos à mesa que estava preparada. Todos aceitaram e comeram e beberam à vontade. Só Gomes Freire, logo depois de ter sido feito o convite, mandara buscar vinho na sua barraca, e com êste vinho fêz muitas saúdes a todos, sem tocar nem em comida nem em bebida, dizendo que sentia uma dor. A realidade da dor não seria de admirar, pois era bastante velho, sofria de bilis e de rins, como confessa quando descreve os maravilhosos efeitos do chimarrão e além disso havia dado uns dias antes uma queda desastrosa em São Miguel, na qual, segundo o cronista português maltratara bastantemente o peito (dia 18 de maio). E agora vem a dissonância! Uma nota à margem — note-se à margem! — do diário diz que recusou a tomar parte no banquete, por mêdo de peçonha que lhe pusessem os padres. Em vista da estupidez que tal procedimento implicaria em Gomes Freire, dado o que anteriormente dêle diz e deixa de dizer o próprio cronista português, julgamos que se trata de uma interpolação posterior, exigida pela posterior política antijesuítica de Pombal. Deixamos isto à apreciação dos colegas.

Agora em Santo Ângelo. Na marcha para lá o cronista aponta com prazer todos os auxílios que o padre Piza de Santo Ângelo fazia questão de prestar sobretudo na passagem dos rios, na entrada do povo, no aquartelamento das tropas, em que tudo não aparece uma só nota dissonante, ao menos na versão do Itamarati que aproveitamos. — Aqui em Santo Ângelo, Gomes Freire, podia dar largas à sua tática de ganhar a afeição dos índios missioneiros. Para o dia 24 de junho se descreve a bela festa do corpo de Deus celebrada ombro a ombro por índios e portugueses. Missa cantada pelos índios, com vários instrumentos muito bem tocados, constata o cronista, dizendo também que os índios assistem ao culto divino com tal devoção que faz admirar. Na saída e entrada do cortejo, Gomes Freire mandou dar salva geral de tôda a mosqueteria e disparar sete peças de artilharia. No dia seguinte caiu neve em Santo Ângelo e os portugueses compararam o clima de Santo Ângelo ao dos lugares encantados da sua pátria distante.

No dia 9 de julho apareceu o padre Biedmann de Santo Ângelo

pedindo a intervenção de Gomes Freire contra a rispidez do comandante espanhol. Mas teve que voltar sem a carta de favor, que o conhecimento de Gomes Freire lhe fazia esperar, pois diz o cronista, que tal carta de favor era imprópria do general português. Imagine-se a grita geral dos espanhóis anteriormente mencionados, se Gomes Freire a tivesse dado, como provavelmente teria gostado de dar.

Mas o cúmulo da confraternização entre índios e portugueses de Santo Ângelo deu-se a propósito da festa de Santo Inácio no dia 31 de julho. Para as vésperas, dia 30, refere o cronista, que houve "um grande festejo com música e vários instrumentos muito bem tocados pelos índios, como, acrescenta, é costume entre êles". — "Depois", acrescenta, "houveram danças com seus instrumentos, feitas também pelos índios diante a porta principal da igreja, assistindo a tudo o padre, o sr. General, e todos os nossos oficiais e soldados."

No dia seguinte, que era o da festa, o "festejo" foi ainda maior. De manhã missa cantada por capitães portugueses, assistida por tôda a tropa e a indiada, que se achava ainda no povo. Na hora de levantar Deus (consagração) Gomes Freire mandou dar cinco tiros de artilharia, e ao meio dia deu um esplêndido banquete aos padres, aos capelães da tropa portuguesa, e aos oficiais de capitão para cima. Na conversa Gomes Freire ofereceu um sarau para solenizar a festa, e o padre Piza, chefe espiritual de Santo Ângelo, aceitou com muito gôsto, sugerindo mesmo que fôsse feito na igreja, provavelmente por causa do frio, porque se estava no meio do inverno e poucos dias antes caíra neve em Santo Ângelo.

"Pelas sete horas da noite começou o dito sarau em que assistiram os oficiais, soldados, índios e índias, ficando estas separadas dos homens. Houveram, continua o cronista português, muitos minutos e contradanças à satisfação de todos e dos índios, que ainda não tinham visto coisa semelhante. Houve uma dança de caboclos feita pelos nossos soldados, ao uso das aldeias do Brasil. E tudo se executou com a maior decência e respeito pelo lugar em que se fazia, que tudo admiraram muito os índios".

Vemos, pois, que os portugueses recomeçaram em grande escala a tática do Rio Pardo.

No ano seguinte de 1757, tendo chegado Cevallos e Valdelírios às Missões e estando em conferências nas margens do Ijuí a respeito das mútuas entregas e afirmando Valdelírios estouvadamente, que era fácil evacuar os Sete Povos completamente, Gomes Freire lhe respondeu com muito acêrto e muita ironia, que só seria fácil se Valdelírios fôsse uma das pessoas da Santíssima Trindade, que com sua onipotência a fizesse, pois êle considerava, que no estado em que estavam as coisas e a repugnância, que tinham os índios à dança, considerava que não havia fôrças humanas, que por bem os

levassem para a outra banda do Uruguai. — Vemos, pois, que Gomes Freire não acreditava mais na possibilidade de mudar, por pura persuasão, os índios para a banda ocidental, nem que estivessem, como estavam lá, os dois exércitos vencedores, no meio dos índios desarmados e derrotados. Que terá então pensado da culpa dos padres na resistência dos índios?

Neste mesmo ano de 1757 Gomes Freire se retirou com toda a sua gente para o Rio Pardo, pelos motivos que indica em seu diário. Na marcha foi acompanhado por uma massa de índios, que o cronista português calcula em três mil almas, sem incluir as famílias que, em pequenos grupos, seguiam, também depois, ao Rio Pardo. Era o fruto visível do bom tratamento que Pombal recomendara a Gomes Freire em seus contatos com os índios dos Sete Povos das Missões. Ouçamos, porém, ao próprio cronista português, versão do Itamarati, confirmada na sua essência por todos os outros cronistas e dezenas de outros documentos oficiais.

“Éstes urgentes motivos”, diz o cronista, resumindo, “a amizade com que os índios já estavam com os portugueses, por os terem tratado e entrado no conhecimento de que não eram tão maus êstes urgentes motivos e o agrado e trato que em nós acharam, foram causa de nos acompanharem para o Rio Pardo grande número de famílias, que passaram de três mil almas, e como faziam grande vulto na marcha, receou o nosso general lhe fizesse o dos castelhanos cargo de que os induzira, tirando ao Rei Católico tão grande número de vassallos: usou da política de lhe escrever do caminho, avisando-o e ainda aconselhando-o de que pusesse guardas nos passos principais, pois êle não queria os ditos índios de nenhuma sorte; o que o mesmo general agradeceu, pondo guardas no passo do Monte Grande (Santa Maria), mas sem fruto, porque pela outra parte a tropa lhes dava todo o auxílio para passarem seguros, por entenderem que o nosso general assim o queria, e ouvia sem enfado as notícias de que passavam sem embaraço, o que algumas vêzes se conseguiu com manha por entre as mesmas guardas e outras penetrando os matos para passarem sem serem vistos”. (pg. 238).

Cevallos continuou a reclamar. Gomes Freire lhe sugeriu que mandasse oficiais e mesmo padres que persuadissem os índios do Rio Pardo a voltarem para Espanha. Mas não conseguiram nada e sofreram ainda bastantes desatenções dos mesmos índios. Então Gomes Freire aconselhou Cevallos que ordenasse às guardas dos passos a darem tiros nos que tentavam passar. Mas Cevallos se recusou a empregar esta medida extrema, em parte porque realçaria ainda mais a diferença de tratamento que recebiam os índios de uma e outra parte.

Não há tempo de relatar as vicissitudes posteriores do Tratado. O fato é que ficaram muitos milhares de índios sob a Coroa de

Portugal, sendo, como era de ver, os melhores posteiros e vaqueanos das estâncias portuguesas, que, na pegada do boi, alargavam também o domínio português no antigo Rio Grande do Sul. Todos os jesuítas espanhóis, acostumados desde séculos, a empregar, na conquista do índio, o único meio eficaz que é o do bom tratamento, reconhecem o acêrto de Gomes Freire na escolha dos meios para conseguir os fins que se propunha, ainda que, como é natural em espanhóis, verberem o fim, que era tirar vassallos à Coroa de Espanha. Nussdorfer diz que Gomes Freire, desde o princípio, andou com muito tento em sua conduta, querendo conseguir os seus intentos antes com benignidade e liberalidade do que com a violência das armas, dissimulando mesmo as baixas que os índios causavam entre sua gente no passo do Jacuí, e agindo depois sempre com moderação em seus atos.

Sôbre esta base afetiva, se chegavam os portugueses às casas dos índios e lhes murmuravam aos ouvidos, como diz Escandón, que eles não tinham nada que ver com tôda esta guerra, que eles estavam contentes com a sua Colônia do Sacramento e que, se era para os índios saírem de suas terras, era melhor que fôsem ao Rio Pardo, porque desta maneira sempre ficavam no seu torrão natal.

Com isto nos parece provada a tese que abordamos nesta palestra. Vê-se que os documentos originaes fornecem uma imagem bastante diferente de Gomes Freire do que estamos acostumados a encontrar nos apologistas a tôda a prova, dos portugueses, como dos índios e seus missionários. Uns o transfiguram no anjo vingador de Portugal, que esmaga, sem quartel, a cabeça da hidra de Espanha, que na forma de índios e missionários, movia as suas sete cabeças em terras de Portugal; os outros, ao contrário, o apresentam como uma besta fera que se embebeda no sangue dos inocentes filhos da selva. Uns e outros erram gravemente. Gomes Freire não foi nem uma nem outra coisa. A verdade integral da história lhe dá uma fisionomia bem mais humana.

Para finalizar devemos declarar que, ainda que não levantemos por ora esta tese, contudo nos parece que, o que vimos em Gomes Freire de Andrada, foi algo mais do que mera tática antiespanhola. Quer-nos parecer que foi fruto também de uma educação humanitária, de uma certa bondade e retidão natural e talvez o que se possa chamar um reflexo natural do gênio da raça. Se estivermos em êrro, que se nô-lo diga, e damos as mãos à palmatória.

**P E S Q U I S A S**  
**PUBLICAÇÕES DE HISTÓRIA**

1. A FILMOTECA HISTÓRICA DO INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS — A. Bruxel, S. J. — Pesquisas 1, 1957, 14-67.
2. ISABEL, CONDESSA D'EU, VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL — Dioclécio de Paranhos Antunes — Pesquisas 1, 1957, 68-92.
3. LA COMPAÑIA DE JESUS EN EL ANTIGUO GUAIRÁ — L. G. Jaeger, S. J. — Pesquisas 1, 1957, 93-121.
4. PESQUISAS HISTÓRICAS EM LAVRAS DO SUL — L. G. Jaeger, S. J. — Pesquisas 2, 1958, 3-19.
5. O GOVÊRNO TEMPORAL DAS MISSÕES E O PADRE ANTÔNIO SEPP — Mansueto Bernardi — Pesquisas 2, 1958, 21-33.
6. ALGUNAS ADVERTENCIAS TOCANTES AL GOBIERNO TEMPORAL DE LOS PUEBLOS (com tradução portuguesa) — Antônio Sepp, S. J. — Pesquisas 2, 1958, 35-54.
7. UM NAUFRÁGIO NAS PRAIAS DO TRAMANDAÍ — Melchior Strasser, S. J. — Pesquisas 2, 1958, 55-73.
8. PÂNICO NOS VICE-REINADOS ESPANHÓIS EM 1750; "SAN SEPÉ" EM 1751 — A. Bruxel, S. J. — Pesquisas 2, 1958, 75-79.
9. A NOBREZA DOS CACIQUES GUARANÍS DO PRIMITIVO RIO GRANDE DO SUL — Pesquisas 2, 1958, 81-112.
10. À CATA DE TESOUROS JESUÍTICOS — L. G. Jaeger, S. J. — Pesquisas 3, 1959, 9-27, 1 mapa, 3 fot.
11. O SISTEMA DE PROPRIEDADE DAS REDUÇÕES GUARANÍTICAS — A. Bruxel, S. J. — Pesquisas 3, 1959, 29-198.
12. A EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS DO BRASIL em 1760: Exame Crítico-Histórico no seu Bi-centenário — L. G. Jaeger, S. J. — Pesquisas 1960, História nr. 12, 64 pg.
13. O GADO NA ANTIGA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI, I — A. Bruxel, S. J. — Pesquisas 1960, História nr. 13, 110 pg.
14. O GADO NA ANTIGA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI, II — A. Bruxel, S. J. — Pesquisas 1961, História nr. 14, pg. 113-212.
15. A PRIMEIRA HISTÓRIA GAÚCHA — Sargento-mór Domingos José Marques Fernandes — Pesquisas 1961 História nr. 15, 92 pg.

RoSA 67347